

EDUCAÇÃO INFANTIL E AS VIOLÊNCIAS SILENCIADAS: UM AMBIENTE DEMOCRÁTICO E ACOLHEDOR?

Élica dos Santos Souza¹
Márcia da Silva Niz²
Rosa Aparecida Neves³

RESUMO: Este artigo tem como tema principal observar no âmbito geral, a violência escolar e suas características e, no específico, a violência escolar na educação infantil, que por vezes acontece de maneira silenciada. O propósito é levantar a reflexão sobre como as violências interferem diretamente na trajetória escolar da criança e conseqüentemente na qualidade da educação. A temática é comum em ambientes escolares, entretanto pouco explorado e também pouco refletido visto que muitos professores da educação infantil não acreditam que suas atitudes diárias podem se tornar formas de violências. Geralmente a escola compreendem as violências somente quando acontecem embates físicos e se esquece das violências psicológicas ou simbólicas. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica que versam sobre o tema violência na educação infantil, principalmente a violência simbólica, com conceitos de Silva (2016); Angst, Menegotto e Giongo (2015); Souza e Castro (2008); Salles, Fonseca e Adam (2016); Riscal, S. e Riscal, J. (2016). Além disso, referendamos o ECA e as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil. Concluímos que existe certa indiferença educacional, ainda práticas pedagógicas ultrapassadas que acabam reproduzindo as violências de forma contínua e natural.

Palavras-chaves: Violência escolar; crianças; educação infantil.

EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND THE SILENT VIOLENCE: DEMOCRATIC ENVIRONMENT AND WELCOME?

ABSTRACT: This article has as its main theme observed within the general framework, school violence and its characteristics and, in specific, school violence in early childhood education, which sometimes happens to muted way. The purpose is to raise the reflection on how the violence interfere directly in the trajectory of the child and therefore in the quality of education. The theme is common in school environments, however little explored and too little reflected since many teachers of early childhood education don't believe their daily attitudes can become forms of violence. Usually the school understand the violence only when they do physical clashes and forget psychological or symbolic violence. The methodology used was bibliographical review about the theme that violence in early childhood education, especially the symbolic violence, with concepts of Silva (2016); Angst, Mark and Gandhi (2015); Souza and Castro (2008); Salles, Fonseca and Adam (2016); Riscal, s. and Riscal, j. (2016). In addition, referendamos the ECA and Curricular guidelines of early childhood education. We conclude that there's a certain

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: elica.souza@gmail.com

² Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar. E-mail: marcia82niz@gmail.com

³ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar. E-mail: rosapnever@bol.com.br

indifference, even outdated pedagogical practices that end up reproducing the violence and natural.

Keywords: School violence; Kids; early childhood education.

Introdução

O presente trabalho tem como tema principal observar no âmbito geral, a violência escolar e suas características e no específico a violência escolar na educação infantil, que por vezes acontece de maneira silenciada. Assim, o objetivo central é refletir sobre a existência da violência escolar na educação infantil. Como objetivos específicos, buscamos contribuir para a elucidação de alguns conceitos sobre a temática da violência; explicitar o descumprimento dos direitos das crianças que são realizados no ambiente escolar ou nele observadas; e, levantar a reflexão sobre como as violências interferem diretamente na trajetória escolar da criança e conseqüentemente na qualidade da educação infantil.

A escolha pelo tema decorreu do fato de ser um assunto presente nos espaços escolares, contudo pouco discutido, visto que muitos professores da educação infantil não acreditam que a violência pode estar presente em suas atitudes, seja por palavras mais rígidas, controle do espaço, doutrinas, regras e monitoramentos. Estes compreendem a violência, somente quando ela é física (castigos corporais) e não de maneira psicológica e simbólica. As experiências que tivemos durante o Curso em Licenciatura em Pedagogia na disciplina de Estágio de Práticas de ensino e de docência na educação infantil, e na disciplinas de Estágio supervisionado em administração educacional na educação infantil, também nos motivaram a debater a temática, visto que, foi possível observar o cotidiano de algumas instituições, e suas falhas – que por vezes – passam despercebidas.

Assim, apresentaremos esse artigo da seguinte forma, a primeira parte traz apontamentos teóricos sobre o tema violência na educação infantil, como também a definição de violência escolar, da educação infantil e dos direitos das crianças. Para isso, utilizamos os conceitos de Silva (2016); Angst, Menegotto e Giongo (2015); Souza e Castro (2008); Salles, Fonseca e Adam (2016); Riscal, S. e Riscal, J. (2016). Como também Bourdieu (2015), o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação Infantil).

Na segunda parte ao explorar a temática, abordaremos a criança como sujeito de direito, e que deve ser respeitada, ouvida, pois possui saberes e sentimentos. Também será tratada a atuação do professor nesse ambiente, como por exemplo, quais as manifestações, as atitudes, as injustiças mais comuns, e a compreensão que os mesmos têm sobre a temática. Finalizamos o artigo com as algumas considerações, a fim de promover uma reflexão sobre a temática e com alguns questionamentos sobre como superar o problema da violência na educação infantil.

Apontamentos teóricos sobre o tema

Como referencial teórico, utilizamos autores e pesquisas que abordam o tema violência escolar, bem como violência na Educação Infantil. Este artigo trata de um estudo da literatura, sobre os fatores geradores desse problema na educação brasileira.

Assim, temos como pano de fundo, a dissertação de mestrado de Silva (2016) intitulada “Violência na Educação Infantil: apreensão dos sentidos e significados docentes”

que aborda os significados docentes sobre a violência na educação infantil, à violência nas práticas pedagógicas e os sentidos sobre a violência na escola. Além disso, a autora observa como são as práticas pedagógicas utilizadas para o enfrentamento da violência na educação infantil, apoiada na teoria histórico-cultural para compreender essas questões apontadas em sua pesquisa.

Dessa forma, Silva (2016) realiza sua pesquisa devido as inquietações a cerca do trabalho de professores da educação infantil na cidade de Campo Grande – MS, em que destaca

foram vivenciadas algumas situações na organização da instituição e nas práticas pedagógicas que, aparentemente, não respeitavam alguns direitos básicos das crianças (SILVA, 2016, p.16).

Em seu trabalho foi observado que a violência na escola de educação infantil é uma violência caracterizada como simbólica (ofensas, xingamentos) e física (por meio dos castigos), mas também existem acontecimentos complexos, causados por razões endógenas (violência da escola) e exógenas (violência na escola). Essas violências estão presentes em situações como organização do espaço, descanso, sono, alimentação, brincadeiras por parte das professoras e funcionários. Normalmente, ela ocorre de maneira sutil, mas infelizmente faz com que o abalo emocional na criança seja bastante devastador.

Outro fator destacado por Silva (2016) é que as manifestações que levam a violência nesse espaço educacional são as frustrações pessoais e profissionais dos docentes, isto é, docentes despreparados, más condições de trabalho e desvalorização salarial. Ou, a crença em valores que julgam a criança um sujeito sem direitos e vontades, somente deve cumprir regras, das quais muitas são desnecessárias.

De acordo com Silva (2016) a violência na educação infantil representa a injustiça e a desigualdade social em que vivemos. É manifestada pela educação de diferentes formas: cunho social, institucional e pedagógico. Silva (2016), alerta que:

[...] na educação de crianças pequenas, os adultos precisam entender que as crianças são feitas de muitas linguagens e que, por meio delas irão descobrir um mundo cheio de contradições, porém neste mundo são capazes de criar, descobrir, sonhar. (SILVA, 2016, p.208)

Seguindo essa linha de discussão o artigo “Violência no contexto da educação infantil: um olhar da psicologia escolar” de Angst, Menegotto e Giongo (2015) discutem a contribuição da Psicologia Escolar, diante da violência na relação professor-aluno na escola de educação infantil, visto que, o docente pode demonstrar em seu comportamento atitudes violentas, principalmente, em casos que submete as crianças às regras e à rotina da escola sem respeitar questões subjetivas e relativas ao desenvolvimento. A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Educação Infantil de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Esses mesmos autores (2015) destacam que existem incoerências no Projeto Político Pedagógico das escolas em relação às praticas realizadas na educação infantil, e isso acaba por se tornar um terreno fértil para comportamentos higienistas, e por vezes, com atitudes de professores sendo produtores de violência.

A partir das suas pesquisas, Angst, Menegotto e Giongo (2015), afirmam que é mais comum encontrar professores, gestores e psicólogos no contexto escolar rotulando os

alunos, considerando-os um problema, do que o contrário, tendo profissionais da educação trabalhando em conjunto para solucionarem as dificuldades e compreenderem quem é a criança. Outro artigo que aborda a temática da violência na educação infantil é “Agressividade infantil no ambiente escolar: concepções e atitudes do professor” produzido por Souza e Castro (2008). As autoras realizaram uma pesquisa em uma escola pública da periferia de São Paulo, com o objetivo de analisar atitudes e percepções sobre a agressividade infantil na escola, partindo da criança, bem como os seus agentes, pais e professores.

Para as autoras (2008), a agressão está relacionada ao funcionamento psíquico, quando o seu início é precoce, produz mudanças no desenvolvimento da criança, trazendo causas como a delinquência e a conduta antissocial na vida adulta. Em relação à percepção de professores nessa pesquisa (2008), muitos relataram se sentirem incomodados com a agressividade entre as crianças e a falta de respeito ao professor, do que com a agitação e a não realização das tarefas. Para Souza e Castro (2008) os dados da pesquisa demonstram que existe uma preocupação dos docentes em despertar atenção e cuidados nas crianças.

Neste artigo, para à compreensão sobre o que é a violência escolar, utilizamos como referencial teórico a seção de livro de Salles, Fonseca e Adam (2016), “Sobre violência e violência na escola: considerações a partir da literatura na área”. As autoras já haviam realizado um trabalho anterior (2010), com o título “A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção”, com o objetivo de fazerem uma reflexão sobre a revisão literária e as tendências que permeiam a discussão da violência escolar.

Contudo, daremos ênfase no estudo do ano de 2016, por considerarmos mais completo e atual. As autoras procuram analisar, as formas explicativas sobre condutas violentas, que por vezes são compreendidas como um aspecto complexo no qual envolve, assuntos políticos, econômicos, sociais, individuais e aspectos da própria instituição escolar. As definições que Salles, Fonseca e Adam (2016) apontam sobre o termo violência constituem um elemento em comum, que é o excesso, que se definem na intensidade desnecessária da ação, e dos meios em que se realiza, ou na transgressão dos limites colocados pelas leis e tradições sociais, como crimes e atos ilícitos. Revelam ainda que, apesar das primeiras pesquisas sobre a violência e intimidação dos pares tenham sido desenvolvidas na Escandinávia e na Inglaterra, em meados da década de 1980, o objeto que chamou a atenção dos pesquisadores foi o bullying. Os estudos realizados na área demonstraram que, esse fato era generalizado e piorava, por ser ignorado pela equipe docente. No Brasil Salles, Fonseca e Adam (2016) destacam que:

Os primeiros diagnósticos sobre violência nas escolas brasileiras, realizados no início dos anos 1980, demonstraram que, em diferentes cidades como São Paulo e Salvador, a violência nas escolas se manifestava principalmente por meio de depredações, furtos e invasões e era praticada por pessoas que não tinham vínculo formal com as instituições escolares, ocorrendo em períodos em que a escola não estava em atividade (SALLES; ADAM; FONSECA 2016, p.48).

Outro aspecto importante destacado no trabalho destas autoras (2016) é a categorização da violência no ambiente escolar em quatro eixos, como: incivildades; comportamentos antissociais; bullying e a violência simbólica. Salles, Fonseca e Adam (2016), definem algumas estratégias que podem ser utilizadas para o enfrentamento da violência escolar, que podem ser medidos por meio da palavra, dar voz a todos os envolvidos sem um julgamento prévio. E também, o uso da prática de esportes,

aproximação da escola com a família (comunidade), estabelecimento de regras claras e justas e promover a equidade social por meio de ações afirmativas.

Sobre a invisibilidade que muitas vezes ocorrem nas escolas e principalmente na educação infantil sobre o tema violência escolar, selecionamos o texto “A invisibilidade da violência: humilhação, desrespeito e discriminação entre jovens em idade escolar” de Riscal, S. e Riscal, J. (2016). Esta pesquisa aborda sobre aspectos de humilhação, desrespeito e discriminação entre jovens em idade escolar, no nosso caso iremos centralizar na criança, como sujeito de direito. Os autores apontam que por meio da falta de visibilidade que os sujeitos acabam sendo dominados a um tipo de violência invisível, pelo fato, de não possuírem relevância social e nem proteção social. Ou seja, a violência no espaço escolar aparece dessa forma como decorrência das próprias relações escolares e das interações sociais que nela ocorrem.

Ressalta-se que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) reafirma os direitos e a proteção integral que as crianças possuem, e nos incisos dos artigos 3º, 5º, 13º, 17º e 18º presentes na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 esses direitos são enfatizados.

Percepções do silenciamento a cerca da violência na educação infantil

Entender a criança como sujeito de direitos é de fundamental importância, para tratá-la com igualdade e inseri-la em um meio social. No caso, esse meio social, na qual irá conviver com diferentes vozes e visões de mundo é a escola. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) traz nos seus artigos 3º, 5º, 13º, 17º e 18º presentes na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, os seguintes direitos fundamentais para as crianças:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os **direitos fundamentais inerentes à pessoa humana**, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as **oportunidades e facilidades**, a fim de lhes facultar o **desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade**.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de **negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão**, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 13. Os casos de suspeita ou **confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados** ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da **integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente**, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento **desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor**.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o **direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto**, pelos pais, pelos integrantes da família

ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, GRIFOS NOSSOS)

Dessa forma, compete à escola e ao professor que esses direitos sejam assegurados no dia a dia das práticas pedagógicas e em todos os momentos, sejam nas brincadeiras, nas refeições, higienização e em todas as situações de contato professor-aluno. O professor, como tarefa primeira deve preservar a liberdade, o respeito e a vontade das crianças, sempre dando voz a elas, para que se sintam mais confiantes. Também deve perceber que cada criança possui o seu tempo de desenvolvimento e de socialização, é necessário conhecer o ambiente social no qual estão inseridas, para sim, desenvolver a melhor forma de interação ou aproximação. O papel da escola é primordial para a preservação da identidade da criança, ela tem o dever de se aproximar da família e da comunidade, trazendo-os para dentro da escola.

Em relação a isso é necessário compreender o que é a educação infantil e a sua importância. Por muito tempo, a educação infantil foi vista como um processo apenas de assistencialismo, e um lugar no qual as crianças somente brincavam. Contudo, é um ambiente de aprendizado constante, em que as crianças irão passar boa parte do seu tempo, desenvolvendo habilidades e descobrindo o mundo a sua volta. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação Infantil, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 29, define que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o **desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social**, completando a ação da família e da comunidade (BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, GRIFOS NOSSOS).

Ou seja, é um dever do Estado e um direito e obrigatoriedade da criança, que tenha acesso gratuito e de qualidade, e permanência na educação infantil a partir dos quatro anos de idade. Nessa etapa de ensino, o aprendizado da criança ocorrerá, não por meio da imposição ou do fazer para a criança, e sim o contrário, o professor dar subsídios para que a criança consiga fazer/buscar por si só. E pensar também que a educação infantil não é um preparo para o ensino fundamental, mas o meio, pelo qual, contribui para que as crianças possam alcançar o conhecimento, significado dos signos linguísticos e quais as suas funções no meio social. Atividades como brincar, roda de conversa, contação de história ampliam na criança

(...) a capacidade infantil de conhecer o mundo e a si mesmo, de sua autoconfiança e a formação de motivos e interesses pessoais, quanto ampliam as possibilidades da professora ou professor de compreender e responder às iniciativas infantis (BRASIL. PARECER CNE/CEB Nº: 20, 2009-PROCESSO Nº 23001.000038/2009-14, p. 7).

As diretrizes curriculares e o parecer nº20/2009-processo nº 23001.000038/2009-14 indicam que a criança é um sujeito que tem necessidades, anseios, autonomia, atuação

na sociedade, mas isso na prática não é acatado. Por vezes, as crianças têm sua liberdade, seu respeito e sua forma de desenvolver criatividade “roubadas”, gerando assim uma educação desintegrada. E essa educação desestruturada, em geral, acumula conflitos e violências tanto pelos professores em relação às crianças, e também das crianças, contra ela própria ou contra terceiros, pois,

(...) a criança pode reproduzir ações violentas caso esteja em contato com elas, por meio da apropriação externa. Ela é capaz de reproduzir ou de até elaborar outras formas (SILVA, 2016, p.90).

Antes, de abordarmos a questão da violência na educação infantil é importante que se destaque a definição de violência e da violência escolar. Infelizmente é uma situação que ocorre em todas as escolas públicas ou particulares, tanto no Brasil como em outros países. O termo violência pode ser compreendido como ato de crueldade, sendo ele físico ou psíquico contra alguém. Porém, a violência pode ocorrer através do desrespeito, ou simplesmente como um ato de excesso, para demonstrar a autoridade e ou poder sobre algo. De acordo com Salles, Fonseca e Adam (2016):

Para Arendt (1994), a violência é um instrumento de dominação, tendo como atributos o não reconhecimento do outro, a negação da dignidade humana, a ausência de compaixão e a falta de alteridade, que, junto aos outros elementos, provocam danos físicos, psicológicos e/ou sociais aos indivíduos de uma sociedade (SALLES; FONSECA; ADAM, 2016, p. 44).

E esse excesso segundo as autoras, relacionado às ações humanas são, por exemplo, os massacres, genocídios, utilização de armas de destruição em massa, devastação do meio ambiente, dentre outros. A violência também ocorre quando existe a infração das leis, dos valores sociais e culturais. Tanto nessas situações existe a aplicação de força excessiva, por parte de um sujeito, instituição ou sistema.

Atrelado a isso definimos também a violência escolar, que de certa forma vem aumentando. Os estudos sobre violência na escola iniciou-se a partir da década de 1970 a 1980, porém foi em 1990 que vários estudos sobre o tema foram debatidos, com origem de várias áreas do conhecimento, como sociologia, psicologia e criminologia. As pesquisas realizadas por Salles, Fonseca e Adam (2016) mostram que a instabilidade social, a insegurança, o tráfico de drogas, não perspectiva futura dos alunos, falta de investimento nas escolas, excesso de alunos em sala, as experiências de vida fora da escola, são uns dos principais fatores que desencadeiam a violência dentro da escola. Visto dessa forma, a escola não é mais convidativa. De acordo com as autoras as violências que mais ocorrem dentro do ambiente escolar são agressões verbais e intimidações entre alunos, o desrespeito pelo gênero, escolha sexual (bullying), destruição de objetos, depredações e agressões físicas, indiferença pelo professor:

Os educadores vivem em estado de sobressalto, de ameaça permanente, sentindo que a calma pode ser quebrada a qualquer momento. O acúmulo de incivildades (pequenas grosserias, piadas de mau gosto, recusa ao trabalho, indiferença ostensiva para com o ensino) cria um

clima em que professores e alunos se sentem atingidos pessoal e profissionalmente – e nesse caso se veem como vítimas de violência (SALLES; FONSECA; ADAM, 2016, p. 52).

O professor é o personagem principal na educação infantil e também é o responsável por direcionar ações para as crianças se desenvolverem, de preferência com uma relação de afinidade muito próxima, sendo às vezes, psicólogo, amigo, enfermeiro, “tio ou tia”. E por isso, tem que ser um profissional, como formação especializada na área, não é uma questão somente por amor, vocação, mas de identidade. Na educação infantil a violência ocorre de modo sutil, e por vezes, de forma silenciosa – visto que o professor em suas atitudes não enxerga o uso que faz da violência – e acredita que algumas condutas sejam legítimas para usar como controle em sala de aula, isto é, pensa estar fazendo o melhor para as crianças. Por vezes, a violência na educação infantil acontece por parte do professor, pois o mesmo está mal formado e não se sente valorizado.

Outra questão preocupante é da criança pequena – por conta da idade – não saber se expressar com relação ao que vivencia na escola, ou o que sente, ou até de não conseguir pedir ajuda quando necessário. Ou seja:

As crianças vivenciam em instituições de ensino, a violência em suas várias vertentes que se expressam de forma sutil, presentes em palavras, formas equivocadas de se entender a criança e a infância, regras desnecessárias, atitudes preconceituosas, agressões físicas e tantas outras maneiras, por isso é considerado uma figura multifacetada (SILVA, 2016, p.19).

Ainda de acordo com Silva (2016) na educação infantil, a violência é vista como um elemento complexo e é causada por motivações endógenas (da escola) e exógenas (na escola) e propagada por meio da organização, das rotinas diárias como: descanso, alimentação, brincadeiras, regras desnecessárias dos comportamentos infantis, organização dos espaços, atividades e a questão do tempo. Uma prática comum nas escolas infantis é o momento do sono, dependendo de como os educadores induzem ou obrigam a criança a dormir, trata-se de uma violência. Por necessidade em cumprir os horários, obrigatoriedade e por um comodismo por parte dos professores, as crianças são “obrigadas” a dormirem mesmo quando não estão com vontade. Segundo Silva (2016) predominam-se assim situações que anulam o quesito da criança como sujeito, sem direitos, visto que, se desacata as ordens e não dormem, fica sentada na mesa com a cabeça inclinada sobre os braços, demonstrando uma posição de desconforto e de não reação.

Isso ocorre, muitas vezes, devido à falta de estrutura da escola com vistas a propiciar espaços em que elas possam liberar suas energias (brincar), por vezes acabam ficando mais restritas a espaços pequenos, ou por segurança, ou por falta de opção das professoras. Esse mesmo ponto do desconforto pode acontecer na hora do banho, da alimentação etc., pois acontecem em horários muito rígidos e as vezes de forma muito rápida, sem respeitar as vontades e necessidades das crianças, até pelo número grande de alunos para serem atendidos. Dessa forma, a criança é vista como um sujeito imaturo, que não sabe escolher, e não tem direito a nada, ao contrário deve apenas respeitar os adultos. Silva (2016) contrapõe essa ideia:

A criança não deve ser entendida como alguém frágil e sem fala, mas sim, como sujeito em desenvolvimento, que necessita de ação colaborativa do outro para poder ser um sujeito socialmente ativo na construção do conhecimento de si e do mundo (SILVA, 2016, p.28).

Este fato faz com que a escola esteja sendo planejada por adultos e para adultos, e não para o bem estar da criança. A instituição perde o interesse, não é mais um espaço gostoso de frequentar, sua infraestrutura se não bem estruturada deixa de ser convidativa. Locais sem ventilação, sem assentos apropriados etc., tornam-se violências contra as crianças. Para Salles (2016):

as atividades propostas para as crianças pouco contribuem para suas experiências pessoais, pois ficam presas as rotinas rígidas e à organização em sistema de seriação, ideia de que o pré é uma preparação para o ensino fundamental (SALLES, 2016, p. 48).

Um exemplo disso são as atividades em excesso ou apostiladas que as escolas utilizam na educação infantil, sem respeitar o tempo da criança, muitas vezes, docentes desenvolvem exercícios um atrás do outro, com atividades físicas ou motoras com a perspectiva de desenvolver o pensamento rápido nos alunos, mas sem articulação devida.

Segundo Fochi (2015), há um adestramento de discentes aos moldes dos professores com regulação e normatização dos corpos.

(...) ao transformarmos as crianças em alunos, estamos atribuindo a elas uma cultura escolar já marcada pela e na sociedade, que traz consigo outros vocabulários que as naufragam em um arcabouço escolarizado (FOCHI, 2015, p. 40).

Silva (2016), em sua pesquisa, fez um levantamento sobre as produções científicas relacionadas à violência escolar na educação infantil. Os resultados são alarmantes, pois indicam que a crianças pequenas são sujeitas, muitas vezes, a diferentes tipos de violências como: emocional – com falta de diálogos; práticas pedagógicas ultrapassadas; negligências – por conta de problemas sociais; dentre outros. A autora classifica (2016) em três tipos que se destacam mais: violência física (que comprometem o bem estar das crianças e as colocam em risco, apertões, empurrões, ficar ajoelhado); violência emocional (humilhações, xingamentos, hostilidades), violência simbólica (carência de estimulação, ausência de autonomia e toda condição que possa provocar uma forma de prejuízo ao desenvolvimento psicológico da criança). Destaca-se que violência simbólica, segundo Tiradentes (2015),

trata-se de um mecanismo utilizado de forma sutil por classes dominantes a fim de legitimar certas crenças, comportamentos ou tradições. Os dominados (que acabam por reproduzir essas estruturas de forma inconsciente) legitimam essa imposição por pensá-las inevitáveis, ou, até mesmo, naturais. O âmbito escolar, conforme aponta Bourdieu, é um meio onde se verifica nitidamente a presença da Violência Simbólica, eis que, trata-se de um dos campos mais eficazes para legitimar as reproduções das estruturas sociais (TIRADENTES, 2015, p. 34).

Os três tipos de violência acontecem de maneira sutil em que: empurrões, olhares, apelidos, provocações, alienação fazem parte do ambiente escolar. Todos os tipos de violências, destacados neste texto, são problemas sérios que a escola de educação infantil está enfrentando e que deveriam ser abordados em formações continuadas. Afinal, o educador quando estabelece uma relação com a criança em que esta fica desconfortável, constituindo uma atmosfera escolar não saudável, é violência.

Diariamente a mídia revela casos de violências contra crianças na educação infantil, o mais recente aconteceu em novembro de 2017, em uma escola municipal do interior de São Paulo, no qual uma professora e sua auxiliar colocavam crianças dentro do saco de lixo como forma de punição ao não cumprimento de regras:

Imagens feitas pela câmera de segurança da sala de aula de uma creche municipal em Restinga (SP) mostram alunos de 3 e 4 anos sendo colocados dentro de um saco de lixo pela professora e pela estagiária. Os vídeos foram anexados ao inquérito da Polícia Civil, instaurado em outubro, para apurar as denúncias de maus-tratos feitas pelas mães das crianças (G1-RIBEIRÃO e FRANCA, NOVEMBRO, 2017).

Para Angst, Menegotto e Giongo (2015) o docente demonstra várias maneiras de violência, especialmente no momento em que ele submete os alunos às regras e à rotina da escola sem acatar os aspectos subjetivos e relativos ao seu desenvolvimento. Quando as condutas não são cumpridas pelos discentes, o professor utiliza-se de advertências, que podem ocasionar agressões físicas e/ou psicológicas. Lamentavelmente a má formação, o despreparo, ou mesmo a falta de humanidade, a ética e o profissionalismo de profissionais da educação infantil propiciam ações condenadas pelo ECA. De acordo com Silva (2016),

As ações de violência sofridas pelas crianças em instituições evidenciam o despreparo dos profissionais para lidarem com essa faixa etária. No trabalho de Gomes e Fonseca (2005), embasado na teoria Hermenêutica-Dialética, compreende-se a importância da qualificação para o trabalho nessa etapa de ensino (SILVA, 2016, p. 81).

Em muitos casos, as frustrações, as condições de trabalho – falta de materiais pedagógicos –, a ausência de estrutura, a desvalorização salarial e profissional desta categoria, as pressões por parte dos pais e de gestores, resultam em um adoecimento psíquico. Em muitos casos, o docente prefere não falar e nem ouvir as crianças, ao contrário fica em silêncio e prolonga sua apatia, e perde a oportunidade de mudança. Mesmo vivenciando vários problemas na escola, infelizmente muitos docentes ainda possuem um imaginário de aluno ideal, por vezes, as questões que permeiam o cotidiano escolar não são motivo de reflexões diárias, como destacam Souza e Castro (2008):

Além disso, sustentam a crença em um modelo de relação professor-aluno ideal, cujos valores estão pautados na tolerância, compreensão, respeito e disponibilidade, anseios que devem ser transmitidos, de algum modo, na relação com as crianças (SOUZA e CASTRO, 2008, p.844).

E nisso, vemos a importância de o professor e a criança ter dentro da instituição de ensino um apoio e trabalho psicológico, principalmente na violência em relação professor-aluno. O papel do psicólogo é de desconstruir a naturalização dos atos violentos já enraizados socialmente, tanto do lado professor-aluno, quanto do lado escola-professor. Segundo Angst, Menegotto e Giongo (2015) a psicologia escolar pode ser um meio de mediação na escola, devido ao seu cuidado com as relações existentes entre comunidade e a escola e vice-versa. Para isso, pode colaborar para constituir um ambiente em que se tenha o diálogo, a escuta entre direção/coordenação-professor, professor-aluno, escola-família. Ou seja,

[...] assim como não cabe ao psicólogo escolar “consertar” os alunos “problema”, não cabe a ele, culpabilizar o professor desconsiderando o contexto sócio histórico e institucional no qual está inserido (ANGST; MENEGOTTO; GIONGO, 2015, p.11).

Quando não ocorre esse trabalho em conjunto a tendência é o professor rotular a criança como indisciplinável, hiperativa sem mesmo saber os reais motivos das suas ações. Existem professores que culpabilizam a família acreditando que a medicalização das crianças deveria ser uma alternativa considerada pelos pais, crescendo assim o número de remédios que controlam o humor, como por exemplo, a ritalina. A violência emocional pode ser percebida pelos profissionais da escola e familiares se estes observarem a criança com mais atenção, e perceberem os sinais ou as várias linguagens que ela emite em seu dia-a-dia.

[...] gestos, expressões, desenhos, o silêncio e a própria fala oral/escrita que as crianças fazem uso para dramatizar a violência física/simbólica vivida no meio social/no meio familiar (SILVA, 2016, p. 83).

Casos de violências em práticas pedagógicas ou no convívio escolar de maneira camuflada interferem no desenvolvimento da criança e, é crime. Quando a escola se prontifica a lidar com esta faixa etária, deve elaborar coletivamente um Projeto Político Pedagógico que aborde as práticas escolares, que por sua vez deve ser fiscalizado por órgãos responsáveis.

A última coisa que se deseja imaginar é que a escola possa ter se tornado um espaço para o aprendizado da violência. Isso decorre do fato de, em sua maioria, as relações de violência encontrarem-se tão naturalizadas que se tornaram corriqueiras e sequer são percebidas como tal. (RISCAL, S. e RISCAL, J. 2016, p.79)

Ao silenciar as violências que ocorrem dentro da escola de educação infantil, contribui-se para permanecer os atos condenáveis.

[...] não é possível pensar em uma infância uniforme, homogênea, e os processos de comportamento, com relação às infâncias, são irregulares e desiguais (SILVA, 2016, p. 23).

A educação infantil deve considerar os momentos de indisciplina da criança como algo que faz parte do seu processo de socialização, de ajustes, sendo que seu desenvolvimento se completa até os 12 anos de idade, isto é, até a adolescência.

Outro ponto a ser discutido é a valorização do magistério, principalmente, os que lidam com esta faixa etária. Quando se pensa em infância deve se levar em consideração: diferenças em relação à socialização, as vontades, as classes sociais, e o mais importante, que as crianças têm muito as nos ensinar.

Considerações finais

A partir das discussões que apresentamos neste artigo, por meio de referenciais teóricos e pesquisas na área, a temática da violência na educação infantil é algo que nos preocupa. Conforme averiguamos, as percepções de docentes sobre violência na educação infantil, ou seu silenciamento, tem propiciado ações diárias que não correspondem apenas à correção, mas muitas vezes, são violentas.

Ainda existem educadores dentro da escola de educação infantil que veem a criança como um ser imaturo, que não pensa, não possui vontades e seus direitos não são respeitados em muitas situações. Também, é possível constatar que, muitos professores que atuam na educação infantil estão despreparados e culpabilizam a sociedade pela sua desvalorização como docente. Porém, é necessário lembrarmos que qualquer tipo de atitude ou omissão contra o bem-estar da criança é inaceitável e está passível de ser punido, conforme estabelece o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Por esta razão, consideramos que urge a necessidade de novas práticas pedagógicas com superação das já ultrapassadas, no sentido, inclusive, de fazer crianças seguirem regras ou serem obedientes sem promover cidadania. A reflexão sobre a reprodução da violência que por vezes ocorrem de forma contínua e natural deve fazer parte do cotidiano escolar.

O ambiente escolar não pode ser um espaço, segundo Riscal, S. e Riscal, J. (2016) favorável a humilhações, desmoralizações e tratamentos discriminatórios, quebrando a crença da escola ser um lugar civilizatório. Para prevenir a violência na educação infantil, a de se verificar e ajustar os Projetos Políticos Pedagógicos – configurados com base no respeito, na ética e na dignidade –, e também a formação continuada dos professores, direcionada especificamente para o entendimento e compreensão do que é ser criança, do seu desenvolvimento e dos seus direitos.

Em qualquer nível de ensino é indispensável o diálogo constante na relação professor-aluno, mas, ao lidar com alunos que ainda estão no início da vida, como crianças pequenas que por vezes não conseguem dizer com clareza o que pensam ou sentem, daí a boa vontade do docente se faz mais que necessária, pois este precisa estar disposto a ouvi-las – e não somente por meio de suas vozes, mas também por sinais que as elas emitem o tempo todo. A educação infantil é uma etapa que precisa ser mais valorizada pelas políticas públicas, assim, o poder público necessita estruturar melhor o espaço físico das escolas, com profissionais e ambientes adaptados para as crianças. Essa etapa tão importante quanto qualquer outra, deve ser planejada de forma cuidadosa, sem edificar estruturas com violências simbólica ou física. Ao contrário, almeja-se uma escola com ambiente de reflexão e reconhecimento do próximo com diálogo; um trabalho pedagógico em conjunto –

professores, funcionários e equipe da escola –; com soluções de problemas baseados em valores éticos – estabelecendo normas para boa convivência –, capaz de compreender que para se tornar uma instituição acolhedora e gentil, precisa ser aberta e democrática.

Referências

ANGST, Cristiane; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; GIONGO, Carmem Regina. *Violência no contexto da educação infantil: um olhar da psicologia escolar*. Aletheia 46, Universidade Feevale, p.174-186, jan./abr. 2015. Disponível em: < <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3240/2389>> Acesso em: nov.2017.

BRASIL. *LEI N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação, nacional, Brasília, 1998. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: nov.2017.

BRASIL. *Ministério da Educação. Parecer homologado*. Publicado no D.O.U. de 9/12/2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília, 2009, Seção 1, Pág. 14. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf> Acesso em: out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *LEI N° 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Brasília, 1990. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: nov. 2017.

FOCHI, Paulo. Pesquisar a experiência educativa. In: _____. *Afinal, o que os bebês fazem no berçário?* Porto Alegre: Editora Penso, 2015. p.29-59.

G1. Ribeirão e Franca. *Professora e estagiária são filmadas ao colocar alunos dentro de saco de lixo em Restinga*, SP. G1. EPIV, Ribeirão e Franca, 15 nov. 2017. Disponível em:< <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/professora-e-estagaria-sao-filmadas-ao-colocar-alunos-dentro-de-saco-de-lixo-em-restinga-sp-video.ghtml>> Acesso em: nov.2017

RISCAL, Sandra Aparecida; RISCAL, José Reinaldo. A invisibilidade da violência: humilhação, desrespeito e discriminação entre jovens em idade escolar. In: LUIZ, Maria Cecília (org.) *Conselho escolar e as possibilidades de diálogo e convivência: o desafio da violência na escola*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2016, p.77-91.

SALLES, Leila Maria Ferreira; FONSECA, Débora Cristina; ADAM, Joyce Mary. Sobre violência e violência na escola: considerações a partir da literatura na área. In: LUIZ, Maria Cecília (org.) *Conselho escolar e as possibilidades de diálogo e convivência: o desafio da violência na escola*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2016, p.39-76.

SILVA, Juliana Pereira da. *Violência na educação infantil: apreensão dos sentidos e significados docentes*. 2016, 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

SOUZA, Maria Abigail de; CASTRO, Rebeca Eugênia Fernandes de. Agressividade infantil no ambiente escolar: concepções e atitudes do professor. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.

13, n. 4, p. 837-845, out./dez. 2008. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400022>
Acesso em: nov.2017

TIRADENTES, Adrielly Rocha. *Violência simbólica no contexto escolar: discriminação, inclusão e o direito à educação*. Revista Eletrônica do Curso de Direito - PUC Minas Serro, Minas Gerais, n. 12, p.33-48, ago./dez. 2015. Disponível em: <
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/10903>>. Acesso em: nov. 2017.